

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação continuada de professores

ORTIS, Caroline Biernaski (UNICENTRO)
e-mail cb.carolinebi@gmail.com

FONSECA, MaryliaOrtis da (UNICENTRO)
e-mail mayliaortis18@gmail.com

LIMA, Michelle Fernandes (UNICENTRO)
e-mail mflima@unicentro.br

1 Introdução

Após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, a formação de professores passou a ser foco dos agentes privados que atuaram diretamente na elaboração dessa política curricular, nesse mesmo contexto associações, universidades, grupos de pesquisa também atuaram com pautas críticas contra um currículo único alinhado aos interesses de Institutos, Fundações ligadas ao empresariado.

Nestas formações ligadas aos agentes privados o que predomina são os preceitos capitalistas, esses agentes que já estavam presentes na elaboração da BNCC, agora estão presentes na implementação. Para tanto, esse resumo é parte da pesquisa vinculada ao Mestrado em Educação da Unicentro e os estudos do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação (PPGE/UNICENTRO).

A partir de um levantamento inicial sobre formação continuada de professores e a BNCC, priorizamos o mapeamento realizado por Giaretta (2021), o qual apresentou em sua busca um total de 508 artigos publicados organizados por categorias. Desses, 29 artigos se referem a formação de professores, dos quais foram selecionados 06 artigos que retratam sobre a formação continuada e o trabalho docente com a BNCC. Destacamos os estudos de: Magalhães (2019); Silva (2019); Pereira e Evangelista (2019); Cavalcêdo (2020) e Hypolito (2021).

2 Desenvolvimento

Os professores diante de tantas mudanças e novas políticas estão cercados de informações escassas, cursos rápidos e uma nova realidade escolar. Segundo Magalhães (2019) o movimento nas políticas educacionais surge desde a década de 1990 com o problema da desarticulação da teoria com a prática mediante arranjos internacionais, sendo os professores considerados responsáveis da qualidade da educação e pela qualificação, o que é um dever do Estado e de instituições públicas. Neste sentido, os professores definem suas percepções sobre a prática e leis com base em fundamentos.

Desse modo, as mudanças ocasionadas pela BNCC não apresentam possibilidades de emancipação dos professores. Conforme Silva (2019) a BNCC retoma uma perspectiva já descrita na década de 1990 seguindo tendências de outros países com modelos de competências que prepara para resolver problemas, que gera competitividade no desempenho. Sendo, o “detrimento da articulação entre teoria e prática, seja pela ênfase no desempenho, tornando secundário o processo, essencial na composição de um percurso formativo sólido e abrangente” (SILVA, 2019 p.133).

Nesta linha os “professores tornaram-se objeto de uma narrativa na qual despontavam como incapazes e infensos aos acertos das reformas neoliberais propostas” (PEREIRA; EVANGELISTA, 2019, p.66). Segundo as autoras supracitadas seria criado uma versão 4.0 do professor, sendo um professor gerenciado dos institutos burgueses.

Hypolito (2021) destaca que as políticas educacionais são justificadas por evidências, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) tem papel importante pois foi a primeira a não defender a BNCC, mas de indicar princípios para uma formação.

A formulação do termo BNCC, nesse sentido foi genial, pois confunde e simula, por meio de um mimetismo, e se transforma em uma ideia sedutora. Sedutora porque é na visão do autor, é relativamente fácil de uma defesa de que a BNCC, como currículo nacional, é uma forma de garantir mais democracia para o acesso ao conhecimento, mesmo que seja a imposição de um conhecimento de uma classe social para outras classes e grupos sociais e étnicos (HYPOLITO, 2021).

A formação continuada de professores também está descrita na Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNC), a qual lista uma série

de competências que os docentes devem desenvolver ao longo da sua formação e carreira.

Na BNC, consta que a lei atribui à União o papel de coordenar a formação e implementação das políticas educacionais, através do direcionamento de verbas as Secretarias Municipais, Estaduais ou Distritais, e as secretarias direcionam assistência técnica e pedagógica para essa formação. Bem como, os gestores devem organizar e executar atividades, cursos ou programas para o desenvolvimento profissional (BRASIL, 2019).

Diante desta nova realidade política, se resultou muita desigualdade social e exclusão. Nos dias de hoje observa-se a necessidade da leitura em Gramsci, pois a “importância de se entender que a linguagem não é neutra, mas sim política: enquanto o modo de pensar dominante nos prender no seu horizonte ideológico, não teremos condições de criar o novo, de superar a subalternidade” (SCHLESENER, 2022, p.87).

3 Considerações Finais

Analisando as principais fontes da pesquisa, destacamos que o discurso capitalista acentua o aprender na prática e formação rápida, é possível observar que o processo de elaboração e implementação da BNCC obteve a participação e protagonismo de agentes privados, os quais, iniciaram as avaliações e monitoramento sobre o que os alunos aprendem com o apostilamento e o ideal que o professor não precisa preparar a aula, está tudo pronto.

Salienta-se a importância de promover espaços de formação crítica e com fundamentação, nas quais, os professores possam refletir sobre a prática docente e principalmente sobre as leis e seus desdobramentos numa perspectiva clara e baseada em estudiosos da área da educação e não em empresários.

Também, a necessidade de uma escola democrática em que os diretores possam exercer seu papel consultando a comunidade escolar e sua realidade, que os professores não sejam considerados incapazes e indefesos, mas como percussores de luta por uma educação gratuita de qualidade e que os valorizem como profissionais.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2023

_____. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da educação básica (BNC)**. Disponível em: <<https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2018/12/BNC-Formac%C2%B8ao-de-Professores-V0.pdf>>. Acesso: 19fev.2023.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB)- **Lei nº 9394/96**. - Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_dirtrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em: 19 fev.2023

CARVALHÊDO, Josania Lima Portela. Gestão da Escola Básica Pública e BNCC: quais as implicações? **Revista Exitus**.2020. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1123/614>>. Acesso em 23 fev.2023

GIARETA, Paulo Fioravante. **Relatório base nacional comum curricular – BNCC levantamento das publicações em artigos científicos (2020-2021)**. Ponta Grossa: UEPG. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/348886288_RELATORIO_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_BNCC_LEVANTAMENTO_DAS_PUBLICACOES_EM_ARTIGOS_CIENTIFICOS?channel=doi&linkId=6014a3b192851c2d4d030bf1&showFulltext=true?>](https://www.researchgate.net/publication/348886288_RELATORIO_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_BNCC_LEVANTAMENTO_DAS_PUBLICACOES_EM_ARTIGOS_CIENTIFICOS?channel=doi&linkId=6014a3b192851c2d4d030bf1&showFulltext=true?)>. Acesso em: 08 mar. 2021

HYPOLITO, Álvaro. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Práxis Educacional**. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353003340_Padronizacao_Curricular_padronizacao_da_formacao_docente_desafios_da_formacao_pos-BNCC>. Acesso em 23 fev. 2023

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Formação Continuada de Professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015). **Revista Linhas**, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820432019184>>. Acesso em: 22 fev.2023

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. Quando o Capital Educa o Educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**.2019.

Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32664>>.
Acesso em: 28 fev.2023

SILVA, Monica Ribeiro. Impertinências entre Trabalho, Formação Docente e o Referencial de Competências. **Revista Retratos da Escola**.2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335460259_Impertinencias_entre_trabalho_formacao_docente_e_o_referencial_de_competencias>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SCHLESENER, A. H. Filosofia da práxis e tradutibilidade: notas a partir do pensamento de Gramsci. **Novos Rumos**, Marília, v.59, n.1, p.79-91, Jan-Jun, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361859824_Filosofia_da_praxis_e_tradutibilidade_notas_a_partir_do_pensamento_de_Gramsci>. Acesso em: 28 fev.2023